

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACE – FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARILIZI FARIA GARCIA

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS NA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS NO PERÍODO DE 2008 - 2017

Goiânia

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE
GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC nº 1.204/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG):

Nome completo do autor: Marilizi Faria Garcia

Título do trabalho: Análise da evolução dos indicadores econômico-financeiros na execução orçamentária do Estado de Goiás no período de 2008 – 2017.

2. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF do TCCG.

Marilizi Faria Garcia
Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

[Assinatura]
Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 14 / 12 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

MARILIZI FARIA GARCIA

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS NA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS NO PERÍODO DE 2008 - 2017

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência para obtenção do título de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – FACE da Universidade Federal de Goiás – UFG, sob a orientação do Professor Dr. Johnny Jorge de Oliveira.

Goiânia
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Faria Garcia, Marilizi

Análise da evolução dos indicadores econômico-financeiros na execução orçamentária do Estado de Goiás no período de 2008 – 2017 [manuscrito] / Marilizi Faria Garcia. - 2018.

f.

Orientador: Prof. Dr. Johnny Jorge de Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Ciências Contábeis, Goiânia, 2018.


1. Indicadores orçamentários-financeiros. 2. Demonstrativos contábeis. 3. Controle da Administração Pública. I. Jorge de Oliveira, Johnny, orient. II. Título.

CDU 005


Marilizi Faria Garcia

Análise da evolução dos indicadores econômico-financeiros na execução orçamentária do Estado de Goiás no período de 2008 – 2017

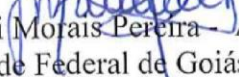
Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Johnny Jorge de Oliveira - Orientador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Dr. Michele Rilany Rodrigues Machado - Avaliador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Me. Ednei Morais Pereira - Avaliador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia (GO), 14 de dezembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, que permitiu que tudo isso acontecesse em minha vida, sendo lugar de conforto e alento nas horas difíceis. À minha família, que é sinônimo de porto seguro, e pra onde o coração corre quando há necessidade. Aproveito para agradecer também aos amigos que fiz no meio acadêmico e no meio profissional, sem a ajuda especial de alguns com certeza a caminhada teria sido muito mais árdua. Ao meu orientador Johnny Jorge de Oliveira um agradecimento especial por toda paciência, tempo, incentivo e pelas palavras exatas em momentos que muito precisei. Agradeço também à todas as pessoas que por algum motivo não estão mais ao meu lado, mas que contribuíram de alguma forma para o meu crescimento.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê. ”

Arthur Schopenhuer

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar e descrever a evolução dos indicadores econômico-financeiros do Estado de Goiás no período de 2008 a 2017, utilizando os dados do Balanço Orçamentário. Primeiramente foram calculados os indicadores positivos do Estado de Goiás, e logo após, foi feito o cálculo dos indicadores negativos, relativos à execução orçamentária e financeira da entidade. Apesar da variação dos indicadores, tanto positivos quanto os negativos, no período objetivado neste trabalho, se comparados aos indicadores de 2008, no geral não apresentaram diferenças significativas e sucessivas com o passar dos anos. Conclui-se então que os mesmos são importantes para um sistema de gestão, como instrumento de avaliação e ainda como direcionadores na geração de benefícios e atendimento das necessidades da coletividade e no acompanhamento da ação pública.

Palavras-chave: Indicadores orçamentários-financeiros. Demonstrativos contábeis. Controle da Administração Pública.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desvio padrão, média e coeficiente de variação – Indicadores positivos.....	26
Tabela 2 – Desvio padrão, média e coeficiente de variação – Indicadores negativos.....	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Autonomia financeira real	23
Gráfico 2 – Retorno real dos recursos do contribuinte	23
Gráfico 3 – Receitas correntes próprias de manutenção.....	24
Gráfico 4 – Investimento real	24
Gráfico 5 – Comprometimento da Receita Corrente	25
Gráfico 6 – Indicadores de Execução Financeira e Orçamentária Positivos	26
Gráfico 7 – Comprometimento com despesas de financiamento	28
Gráfico 8 – Comprometimento de recursos correntes com pessoal	28
Gráfico 9 – Encargos da dívida na despesa corrente	29
Gráfico 10 – Operações de crédito e refinanciamento real	29
Gráfico 11 – Amortização e refinanciamento da dívida real.....	30
Gráfico 12 – Indicadores de Execução Financeira e Orçamentária Negativos	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores de Execução Orçamentária e Financeira.....	20
Quadro 2 – Interpretação do coeficiente de variação	22

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Contextualização	12
1.2	Problema de pesquisa	13
1.3	Objetivo geral e específicos	14
1.4	Relevância	14
2	REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	15
2.1	Contabilidade aplicada ao setor público	15
2.2	Análise das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público	16
2.3	Controle da administração pública	17
2.4	Indicadores de análise dos demonstrativos contábeis aplicados ao setor público	
	18	
3	METODOLOGIA	19
4	ANÁLISE DOS DADOS	23
5	CONCLUSÃO	33
	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O principal dispositivo legal na contabilidade aplicada ao setor público no Brasil é a Lei 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Os principais demonstrativos instituídos pela lei citada são: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais. Esses relatórios públicos, assim como os de entidades de diferentes setores, possuem características próprias e são elaborados e escriturados em conformidade com os fatos ocorridos na administração, e por meio da análise desses relatórios pode-se averiguar a situação econômico-financeira que a mesma se encontra.

Como no setor público as demonstrações são escrituradas principalmente em contas contábeis dos sistemas orçamentário (atos de natureza orçamentária), financeiro (ingressos e dispêndios, arrecadação da receita e o pagamento da despesa orçamentária e extra orçamentária) e patrimonial (registra as movimentações que concorrem ativa e passivamente para a formação do patrimônio da entidade), várias informações podem ser retiradas e transformadas em indicadores: orçamentários, financeiros e patrimoniais, tornando maior o leque de dados que possam ser extraídos, além de possibilitar a maior compreensão dos diversos usuários.

Para Carneiro e Santos (2014), os indicadores econômicos são de suma importância, pois deles se extraem a situação da entidade pública na esfera patrimonial, financeira e orçamentária sem a necessidade da apresentação de valores monetários, facilitando a compreensão dos usuários da informação, mesmo que não detenham conhecimento na área de Contabilidade Pública. Além disso, Mauss (2012) afirma que a análise de indicadores econômico-financeiros é uma ferramenta importante para a tomada de decisão do gestor, pois apresenta um diagnóstico da realidade das finanças do órgão público. É através dos indicadores que é possível identificar se a organização possui capacidade para cumprir com dívidas a curto e a longo prazo, o modo como está estruturado o capital, assim como o retorno patrimonial obtido.

Segundo Gitman (2004 *apud* MAUSS, 2012), os indicadores financeiros são divididos em cinco categorias: liquidez, atividade, endividamento, rentabilidade e valor de mercado. Seguindo esta visão, os indicadores para o setor público são classificados em grupos com as mesmas denominações das referidas categorias, alterando-se somente o da rentabilidade e valor de mercado para grupo de resultado.

As demonstrações contábeis geradas no setor público são passíveis também de análise, uma vez que, segundo Marion (2002), junto com o surgimento dos Bancos Governamentais, desenvolveu-se a análise das demonstrações contábeis, que também é conhecida como análise das demonstrações financeiras. Tal surgimento se deu devido ao interesse desses mesmos Bancos na situação econômico-financeira das empresas que eram tomadoras de financiamentos.

Sendo assim, essa análise das demonstrações possibilita que se extraia informações úteis sobre o desempenho econômico e situação financeira divulgados por uma entidade, podendo atender aos objetivos de análise dos investidores, credores, concorrentes, empregados, governo, etc. (ASSAF, 2012).

De acordo com o estudo de Silva *et al.* (2013), as técnicas que mais são citadas na literatura como forma de análise das demonstrações contábeis e financeiras, incluem análise por indicadores (índices ou quocientes) financeiros e econômicos, análise horizontal e vertical, análise da taxa de retorno sobre investimento, dentre outras.

A geração de informações que levam a um melhor entendimento da atividade pública pelos usuários, constitui ainda, instrumento essencial para o acompanhamento, fiscalização e reavaliação do plano de governo determinado pelos gestores.

Não obstante à importância destacada pelos autores citados anteriormente, o Art. 85 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 determina que os serviços de contabilidade sejam organizados de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária e patrimonial, bem como analisar e interpretar os resultados econômicos e financeiros.

Segundo o IMB-Instituto Mauro Borges (2017), o Estado de Goiás possui uma economia que destaca-se a grande presença da agropecuária, que contribui com 10,4% do PIB do Estado goiano. A participação do Estado no PIB Nacional é de 2,9%, ficando atrás de Estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Contudo, dentro da região centro-oeste, o Estado de Goiás é a segunda maior economia, ficando atrás de Distrito Federal que detém 36,4% de participação do PIB da região enquanto o Estado de Goiás detém 30,4% da participação.

1.2 Problema de pesquisa

Quanto aos demonstrativos que devem ser evidenciados por uma entidade do Setor Público, pode-se citar principalmente o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, além da Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Balanço Orçamentário serve para verificar se os valores autorizados estão de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e com os Créditos Adicionais autorizados ou seja, permite a avaliação da gestão orçamentária.

Considerando que o Estado não divulga os indicadores que permitem avaliar a gestão do orçamento, formulou-se a questão da pesquisa: Quais são os indicadores do resultado orçamentário e financeiro do governo do Estado de Goiás e a evolução na execução orçamentária, no período de 2008 a 2017?

1.3 Objetivo geral e específicos

Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar e descrever a evolução dos indicadores econômico-financeiros do Estado de Goiás no período de 2008 a 2017, utilizando os dados do Balanço Orçamentário.

Por meio das demonstrações publicadas pela entidade será possível fazer o cálculo dos indicadores referentes ao período, calculando-se o grau de execução da receita, grau de equilíbrio orçamentário e o grau das receitas e despesas executadas, afim de que se possa obter informações da economia orçamentária, superávit orçamentário, etc.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de acompanhamento e compreensão dos resultados alcançados pela máquina pública, e como forma de facilitar a análise dos gestores quanto ao uso de indicadores na gestão pública, e provocar o entendimento de usuários que não possuem conhecimentos específicos na área de contabilidade.

1.4 Relevância

Percebe-se a relevância do tema do estudo pelo fato deste identificar a eficácia, eficiência e efetividade quanto à prestação do serviço público. Com isso, a análise e acompanhamento através de indicadores da execução orçamentária, gera uma importância estratégica, afim de que se tenha a garantia de que o que tem maior relevância para a sociedade será alcançado. O processo de tomada de decisão terá como base os resultados colhidos através do cálculo e interpretação dos indicadores econômico-financeiros.

Referindo-se, especificamente, à análise de indicadores econômico-financeiros na execução orçamentária do setor público, deve-se reconhecer que tem adquirido cada dia maior relevância por serem imprescindíveis para controlar, avaliar, tomar decisões, prestar contas, identificar preventivos e estabelecer corretivos.

2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

2.1 Contabilidade aplicada ao setor público

A contabilidade aplicada ao setor público, atualmente, passa por inúmeras mudanças, buscando atender aos seus usuários e ser mais clara a todos e uma dessas é adoção das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), traduzidas em Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público.

Mapuranga, Meneses e Peter (2012) deduzem que dentre as principais alterações propostas para a contabilidade aplicada ao setor público, aquelas que poderão proporcionar maior impacto e necessidade de capacitação e de mudança de atuação por parte dos gestores e dos contadores são: (1) utilização do enfoque patrimonial; (2) adoção do regime de competência para o reconhecimento e a mensuração dos fatos contábeis; e (3) elaboração de outras demonstrações para evidenciar os fatos reconhecidos e mensurados.

Para Torres (2013) o benefício das IPSAS é a permissão de se conhecer melhor a situação patrimonial do setor público, com os ativos e passivos, sendo reconhecidos a valor justo.

A contabilidade aplicada ao setor público apresenta a situação orçamentária, financeira e patrimonial das entidades de direito público interno, sendo constituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com as suas autarquias. Essas informações são apresentadas mediante as contas escrituradas nos sistemas: Orçamentários, Financeiros, Patrimoniais e Compensação. (KOHAMA, 2008).

- Sistema Orçamentário: evidencia o registro da receita e da despesa, de acordo com as especificações;
- Sistema Financeiro: engloba todas as operações que resultem débitos e créditos de natureza financeira;
- Sistema Patrimonial: registra analiticamente todos os bens de caráter permanente;
- Sistema de Compensação: registra e movimenta as contas representativas de direitos e obrigações.

Os balanços pertinentes à esfera pública são publicados anualmente e possibilitam a retirada de importantes informações que podem servir de auxílio para a população como forma

de interpretação da administração pública. Segundo Carneiro e Santos (2014) é através também dessas demonstrações publicadas que se baseiam as tomadas de decisões dos gestores públicos.

2.2 Análise das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público

Preliminarmente é importante destacar que Nogueira e Rodrigues Júnior (2008) analisaram as demonstrações contábeis do Governo do Estado do Ceará, no período de 2003 a 2007 e concluíram que algumas das condutas do Governo do Estado, como a busca pelo equilíbrio orçamentário e melhoria financeira, podem ser identificadas através de suas Demonstrações Contábeis e outras informações publicadas, o que evidencia que esses demonstrativos podem ser usados para se observar o comportamento do Governo, analisando as tendências na gestão do Estado.

Outra pesquisa a ser ressaltada é a de Alves e Santos (2007), que em um estudo que objetivou analisar o impacto da LRF nos municípios gaúchos em termos de desempenho financeiro orçamentário, destacaram que a utilização dos orçamentos como forma de estabelecer metas a serem cumpridas pelos gestores nos órgãos públicos ganhou novo delineamento com a implantação da lei complementar 101/2000. Concluíram então que a referida lei foi determinante para promover os melhores desempenhos na gestão financeira dos municípios gaúchos, em geral.

A gestão de um órgão público possui todas as suas atividades baseadas num planejamento, que é conhecido como orçamento. O planejamento é uma das funções gerenciais primordiais, e para obter sucesso nas operações é preciso existir a habilidade de utilizá-lo.

O planejamento orçamentário nas entidades públicas sempre foi necessário, mas recentemente ele se tornou essencial, devido à preocupação dos setores que representam a sociedade. As principais preocupações são: a maneira que o ente público utiliza para administrar as suas contas públicas, o controle do déficit e o equilíbrio das contas. (SANTOS; ANDRADE, 2013).

Segundo a STN (2014) o balanço orçamentário deverá apresentar as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. E as despesas devem ser apresentadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

A avaliação de gestão por meio do Balanço Orçamentário consiste em verificar a eficácia com que as ações foram realizadas, orientando a execução e fixando bases consistentes para as futuras programações orçamentárias, podendo identificar insuficiência ou excesso de arrecadação; economia na realização de despesas; descumprimento da legislação; superávit e déficit; equilíbrio orçamentário na execução; e equilíbrio de previsão.

Andrade (2012) complementa ainda que na análise dos números do Balanço Orçamentário dos valores originados da previsão e dos valores realizados assim como as diferenças que ocorrem, existe a possibilidade de ter uma visão real das informações originadas com esta ferramenta de gerenciamento.

De acordo com o estudo de Silva *et al.* (2013), a análise do balanço orçamentário tem como objetivo principal preparar os indicadores que servirão de apoio para a avaliação da gestão orçamentária. Esses indicadores são nomeados de indicadores orçamentários.

2.3 Controle da administração pública

Toda atividade administrativa do Estado está subordinada à lei e ao interesse público, que impõem sua necessária eficiência e utilidade. Sendo assim, segundo Gasparini (2000 *apud* MACHADO, 2004), “ a Administração Pública [há] que observar a ordem jurídica e atender o princípio da eficiência, e, para tornar efetiva sua submissão a esses valores, o ordenamento prescreve mecanismos ou sistemas de controle de suas atividades, utilizáveis em sua própria defesa e na defesa dos direitos e garantias dos administrados. ”

Além disso, sobre avaliação de serviços públicos, Carvalho (1998, *apud* MACHADO, 2004), destaca que:

A avaliação pode ser entendida como um processo contínuo, sistemático e estruturado de análise dos recursos utilizados e dos resultados obtidos que, tendo sempre presente os objetivos fixados e utilizando critérios objetivos, deverá contribuir para a efetivação das mudanças e ou correções adequadas, tendo em conta as insuficiências detectadas.

A avaliação de resultados de gestão é direcionada para examinar a economia, a eficiência e a eficácia com que os administradores aplicaram os recursos públicos para o desempenho de suas responsabilidades. Segundo as normas de auditoria da *International Organisation of Supreme Audit Institutions – INTOSAI*, o controle por resultados compreende:

- a) o controle da economia e das atividades administrativas;
- b) o controle da eficiência e da utilização dos recursos humanos, financeiros e de qualquer outro tipo;

- c) o controle da eficácia dos atingimentos dos objetivos da entidade fiscalizada e dos resultados alcançados em relação aos pretendidos.

Segundo Machado (2004) um modelo de gestão pública orientado para a responsabilização por resultados supõe que cada agência pública deve ser capaz de responder perguntas essenciais que determinam seu desempenho, afim de que sejam claros, em suma: os objetivos e as políticas que orientem sua gestão; quem são os beneficiários dos bens e serviços que ela produz; metas anuais e plurianuais; mecanismos de controle da execução; e o prazo previsto para alcance das metas estabelecidas.

2.4 Indicadores de análise dos demonstrativos contábeis aplicados ao setor público

De acordo com Silva (2012, *apud* BAHIA-TCE, 2001) o conceito de gerenciamento voltado para resultados está relacionado com a utilização de indicadores de desempenho para medir os resultados obtidos pelos administradores. Esses indicadores, que podem ser número, porcentagem ou razão, são instrumentos de mensuração quantitativa e qualitativa de aspectos relacionados à execução, com o objetivo de comparar esta medida com metas preestabelecidas.

Os indicadores podem fornecer um bom entendimento relacionado ao resultado que se deseja medir, contudo são apenas aproximações quando comparados ao que verdadeiramente ocorre, sendo necessária a interpretação dentro do contexto em que estão inseridos. Isso acontece porque os indicadores são utilizados quando não é possível efetuar mensurações de forma direta. É uma alternativa para a medição do desempenho, embora não forneçam uma mensuração direta dos resultados.

Silva (2012) propõe um rol de 32 indicadores de análise das execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades governamentais. Dez desses indicadores são tangentes ao Balanço Orçamentário, dividindo-se em Indicadores Positivos e Indicadores Negativos, sendo eles: Comprometimento da receita corrente; Investimento real; Receitas correntes próprias de manutenção; Retorno real dos recursos do contribuinte; Autonomia financeira real; Amortização e refinanciamento de dívida real; Operações de crédito e refinanciamento real; Encargos da dívida na despesa corrente; Comprometimento de recursos correntes com pessoal; Comprometimento com despesas de financiamento.

Santos e Andrade (2013), em estudo que objetivou analisar os indicadores ou quocientes financeiros das demonstrações contábeis do município de Patos de Minas no período de 2007 a 2012, utilizaram-se dos Quociente da Execução da Receita, Quociente de Execução da Despesa e Quociente do Resultado Orçamentário, quanto à análise do Balanço Orçamentário.

Com isso puderam concluir que a situação orçamentária, observou-se que, na execução da receita e da despesa, o ente não conseguiu, em nenhum ano, alcançar o equilíbrio. No ano de 2008 ela teve um valor superior ao planejado na arrecadação das receitas. E no resultado do orçamento percebeu-se que o ente público, na maioria dos anos, teve um resultado satisfatório, pois em 3 anos (2009, 2011 e 2012) as disponibilidades arrecadadas foram iguais a despesas executadas, 2 anos (2008, 2010) foram superiores e apenas (2007) inferior.

O estudo de Silva *et al.* (2013) objetivou a evidenciação dos quocientes do resultado orçamentário do Governo Federal, apurados nos balanços orçamentários, no período de 2000 a 2009, e ainda analisar as suas consequências na execução orçamentária. Concluíram, através da utilização dos quocientes, que dos dez anos analisados (2000 a 2009), o Governo Federal apresentou como quociente do resultado da execução orçamentária o superávit orçamentário total (receitas executadas superiores a despesas executadas) em nove anos (2000 a 2007 e 2009) e um ano de déficit orçamentário total (2008) ao considerar as receitas e despesas executadas totais. Separadamente, o déficit orçamentário corrente em quatro anos (2001, 2006, 2007 e 2009) e déficit orçamentário de capital no ano de 2008.

3 METODOLOGIA

O estudo foi realizado com o foco no Estado de Goiás, através de pesquisa bibliográfica e documental dos demonstrativos contábeis. A pesquisa bibliográfica teve o intuito de deixar os leitores atualizados sobre os assuntos apresentados no presente estudo. Já a pesquisa documental buscou a informação em documentos que não passaram por nenhuma forma de tratamento científico, e entre eles citam-se relatórios, reportagens de jornais, revistas, etc. (OLIVEIRA, 2005).

O presente trabalho foi realizado através dos dados dos Balanços Orçamentários, do estado de Goiás, no período de 2008 a 2017. Os demonstrativos foram coletados no endereço eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás - www.sefaz.go.gov.br.

Para alcançar o objetivo proposto do trabalho, de descrever a evolução dos indicadores econômico-financeiros com execução orçamentária durante o período proposto, este trabalho empregou uma tipologia descritiva, com abordagem quantitativa, para a qual foram utilizadas técnicas de estatística descritiva (como análise dos valores médios, mínimos, máximos e do desvio padrão).

A pesquisa está classificada como uma pesquisa descritiva, sendo feita uma análise e interpretação das demonstrações em estudo.

Quanto à abordagem do problema, inicialmente foi utilizada a abordagem quantitativa, visto que foi realizado o cálculo de percentuais e indicadores dos valores apresentados nas demonstrações contábeis (orçamentário e financeiro) do Estado, divulgados nos sítios eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás, e posteriormente, foi utilizada uma abordagem qualitativa, procurando interpretar os dados da primeira abordagem.

Os indicadores selecionados para este estudo estão apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 – Indicadores de Execução Orçamentária e Financeira

Indicador	Fórmula	Análise de Resultados
Autonomia financeira real	Receitas totais próprias / despesas totais	Quanto maior – melhor
Retorno real dos recursos do contribuinte	Despesa executada / receita executada	Quanto maior – melhor
Receitas correntes próprias de manutenção	Receitas correntes – transferências de recursos recebidos / receitas correntes	Quanto maior – melhor
Investimento real	Investimentos / despesas de capital	Quanto maior – melhor
Comprometimento da receita corrente	Receitas correntes / despesas correntes	Quanto maior - melhor
Comprometimento com despesas de financiamento	Juros e encargos da dívida + amortização da dívida e refinanciamento / despesas totais	Quanto maior – pior
Comprometimento de recursos correntes com pessoal	Pessoal e encargos sociais / despesas correntes	Quanto maior – pior
Encargos da dívida na despesa corrente	Juros e encargos da dívida / despesas correntes	Quanto maior - pior
Operações de crédito e refinanciamento real	Operações de crédito e refinanciamento / receita de capital	Quanto maior – pior
Amortização e refinanciamento da dívida real	Amortização e refinanciamento da dívida / despesa de capital	Quanto maior – pior

Fonte: Silva (2012)

Sobre os indicadores positivos, tem-se a Autonomia financeira real que demonstra o quanto foi arrecadado através do esforço do governo para pagar todas as despesas da entidade. O indicador é obtido através da razão das receitas totais próprias pelas despesas totais.

Já o Retorno real dos recursos do contribuinte analisa o quanto o mesmo recebeu de volta em serviços e obras com base nos recursos que pagou ao Estado. O indicador é obtido pela razão da despesa executada e a receita executada.

O indicador Receitas correntes próprias de manutenção verifica a dependência de recursos de terceiros para pagar despesas correntes. Quanto maior esse indicador, melhor, pois são excluídas desse cálculo as receitas correntes de transferências. Esse indicador é encontrado através da razão entre as receitas correntes próprias e as receitas correntes.

Já o Investimento real evidencia o quanto foi investido em obras, instalações, materiais permanentes, etc. O aumento desse indicador com o passar dos anos demonstra que o governo tem melhorado sua infraestrutura, e é obtido pela razão das despesas de investimentos (capital) pelas despesas totais de capital.

O Comprometimento da receita corrente objetiva identificar se a entidade pública utilizou receitas correntes para saldar despesas correntes. Um resultado maior que 1 infere que sobraram receitas correntes para pagar despesas de capital.

Sobre os indicadores negativos tem-se a Amortização e refinanciamento da dívida real que ilustra o montante gasto das despesas de capital com pagamento de amortização/refinanciamento da dívida. Pode-se deduzir que quanto maior o resultado desse indicador, mais o governo deixou de realizar obras para saldar dívidas. O indicador é encontrado pela razão entre a amortização e refinanciamento de dívida e as despesas de capital.

O indicador chamado Operações de crédito e refinanciamento real analisa o montante dos recursos de empréstimos e financiamentos tomados que deveriam ser utilizados nas despesas de capital, mas que foram utilizados para pagamento de amortização/refinanciamento de dívida. Seu resultado é obtido através da razão entre as operações de crédito e refinanciamento e as receitas de capital.

Encargos da dívida na despesa corrente evidencia o pagamento de juros e encargos da dívida em relação ao total das despesas correntes. Reflete o quanto das despesas correntes são despesas financeiras dos empréstimos e financiamentos tomados. É obtido pela razão entre as despesas de juros e encargos da dívida pelas despesas correntes.

Já o Comprometimento de recursos correntes com pessoal analisa o comprometimento das despesas correntes que são gastas com pessoal e encargos sociais, ou seja, quanto maior esse índice maior o número de pessoal da administração pública. O indicador é obtido através da entre despesas de pessoal e encargos sociais e das despesas correntes.

E o Comprometimento com despesas de financiamento reflete o pagamento de juros e encargos da dívida, amortização e refinanciamento de dívidas em relação às despesas totais. É encontrado através da razão da soma os juros e encargos da dívida e amortização da dívida e refinanciamento com as despesas totais.

Destaca-se que na interpretação dos dados é necessário a verificação da consistência dos dados. Para tal, utilizou-se a formulação do coeficiente de verificação. Segundo Oliveira (2010), o coeficiente de variação é usado para medir o grau de concentração dos valores em torno da média, além da representatividade da mesma, podendo ser interpretado da seguinte maneira conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Interpretação do coeficiente de variação

$CV \leq 15\%$	Baixa dispersão dos valores em torno da média e grande representatividade da média da série.
$15\% < CV < 30\%$	Média dispersão dos valores em torno da média e média representatividade da média da série.
$CV \geq 30\%$	Alta dispersão dos valores em torno da média e baixa representatividade da média da série.

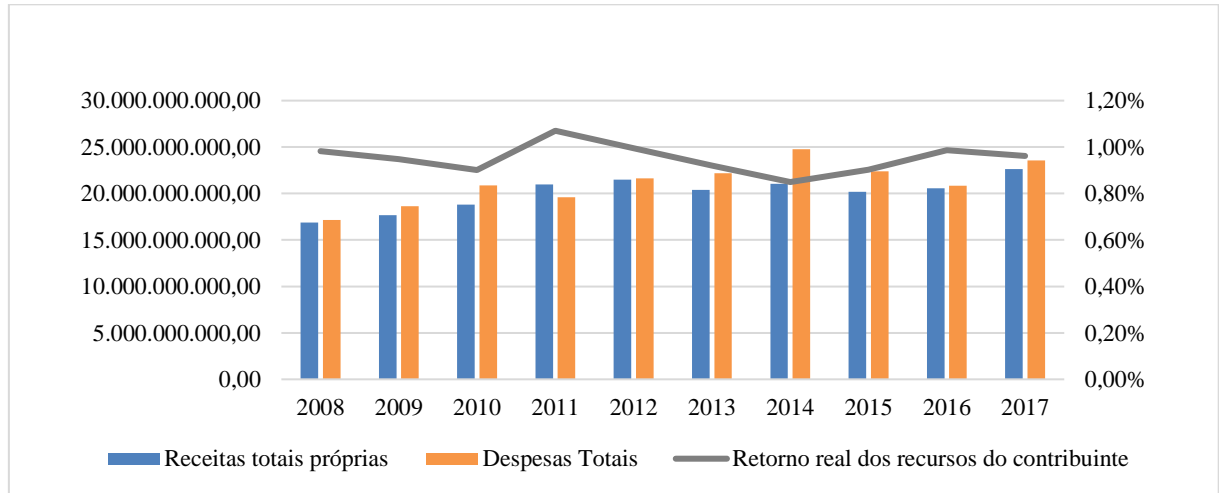
Fonte: Adaptado de Oliveira (2010).

Os dados utilizados para o cálculo dos indicadores econômico-financeiros foram corrigidos pelo IGP-DI (Índice de Preços ao Consumidor), que é um dos principais índices no estudo da valorização ou desvalorização patrimonial ao longo do tempo.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Para alcançar o objetivo proposto no trabalho, foram calculados 10 indicadores econômico-financeiros, positivos e negativos, apresentados no Quadro 1, os quais têm seus cálculos demonstrados conforme fórmulas do quadro citado:

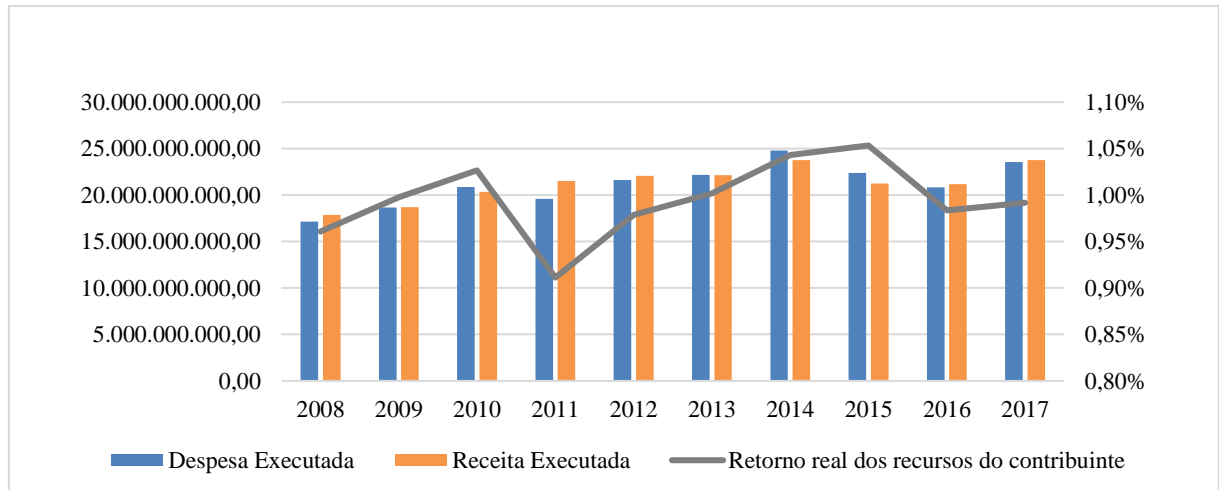
Gráfico 1 – Autonomia financeira real



Fonte: Portal da Transparência do Governo do Estado de Goiás. Elaboração Própria.

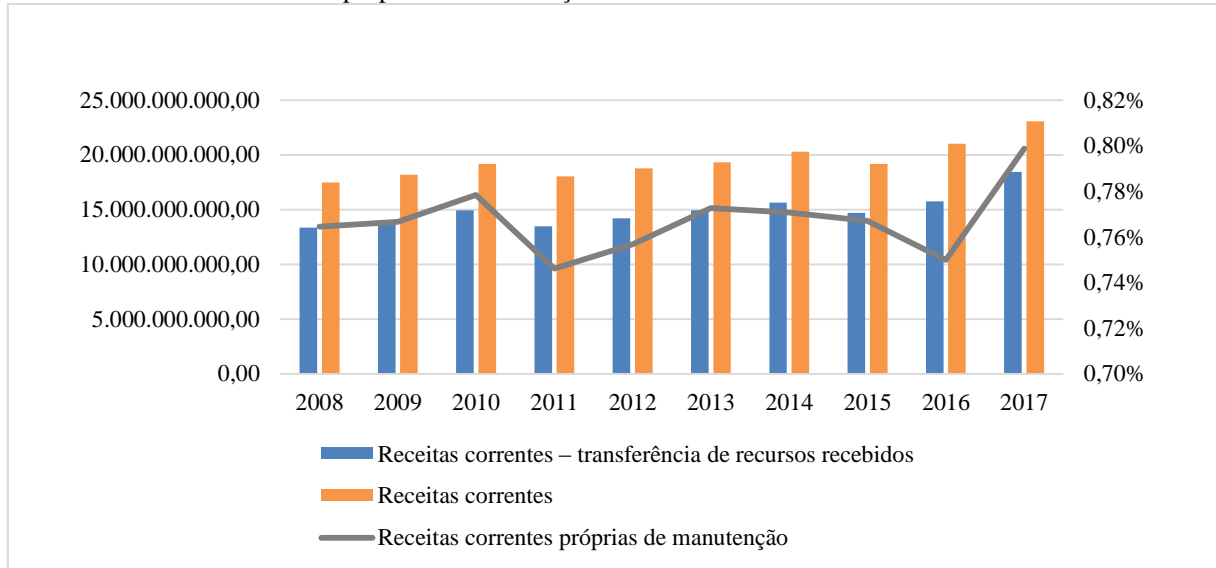
Sobre o indicador Autonomia financeira real, percebe-se que no ano de 2011 teve-se o maior índice, enquanto que no ano de 2014 o menor índice, com uma média de aproximadamente 0,9518.

Gráfico 2 – Retorno real dos recursos do contribuinte



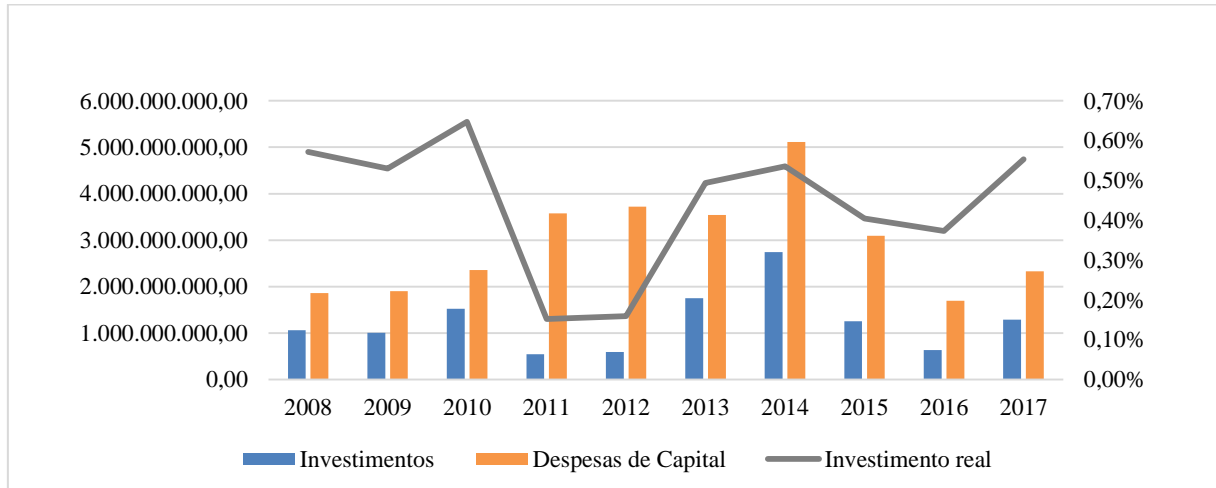
Fonte: Portal da Transparência do Governo do Estado de Goiás. Elaboração Própria.

Referente ao Retorno real dos recursos do contribuinte, nota-se que nos anos de 2010, 2013, 2014 e 2015 obteve-se um indicador superior a 1, indicando que a entidade se utilizou de recursos financeiros do ano anterior para realizar as despesas.

Gráfico 3 – Receitas correntes próprias de manutenção

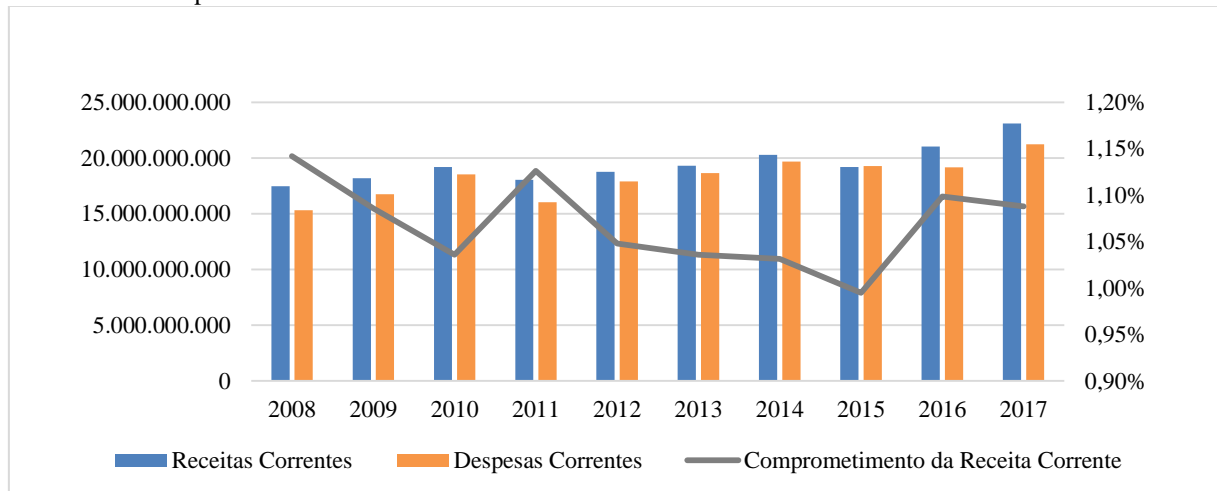
Fonte: Portal da Transparência do Governo do Estado de Goiás. Elaboração Própria.

O indicador Receitas correntes próprias de manutenção apresentou uma média de aproximadamente 0,7672, apresentando baixa variação entre os anos, sendo que o valor índice observado em 2011 é o menor, e o maior em 2017.

Gráfico 4 – Investimento real

Fonte: Portal da Transparência do Governo do Estado de Goiás. Elaboração Própria.

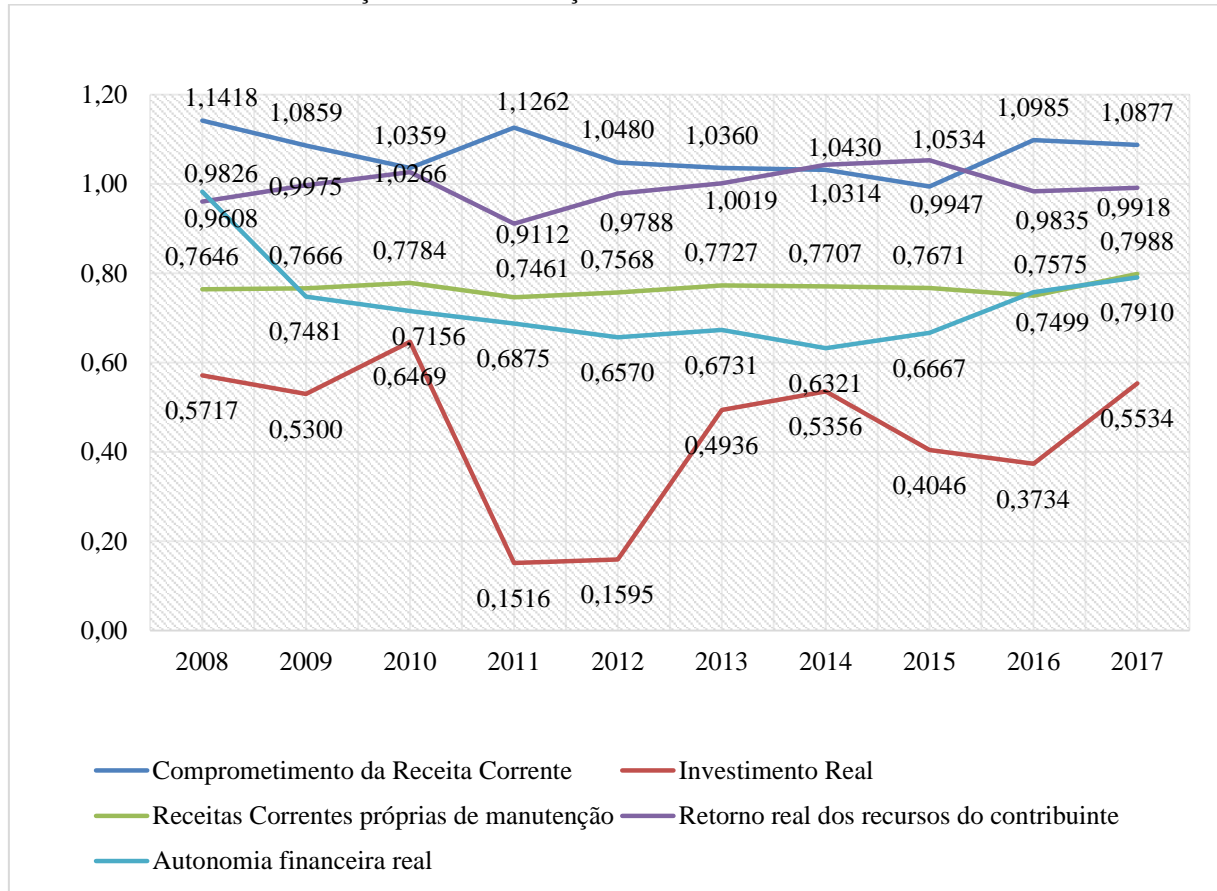
Sobre o Investimento real percebe-se que nos anos de 2011, 2012 e 2016 os investimentos realizados pelo governo foram menores do que os demais, fazendo com que os indicadores desses anos ficassem abaixo dos 30%. O ano que apresentou um melhor resultado foi em 2010, com um indicador de 0,6469%.

Gráfico 5 – Comprometimento da Receita Corrente

Fonte: Portal da Transparência do Governo do Estado de Goiás. Elaboração Própria.

No Comprometimento da Receita Corrente, o único ano que apresentou valor abaixo de 1, foi em 2015, o que significa que nesse ano não sobraram receitas correntes para pagar despesas de capital.

Os indicadores de Execução Financeira e Orçamentária têm como objetivo analisar dados do Balanço Orçamentário, sendo que para a análise dos indicadores positivos, quanto maior for o índice, melhor é o resultado. O Gráfico 1 apresenta os Indicadores positivos da execução orçamentária do Estado de Goiás no período de 2008 a 2017, na seguinte ordem: autonomia financeira real, retorno real dos recursos do contribuinte, receitas correntes próprias de manutenção, investimento real e comprometimento da receita corrente.

Gráfico 6 – Indicadores de Execução Financeira e Orçamentária Positivos

Elaboração Própria.

Na Tabela 6, ilustrada abaixo, estão apresentados o desvio padrão, média e coeficiente de variação dos indicadores de execução financeira e orçamentária positivos:

Tabela 1 – Desvio padrão, média e coeficiente de variação – Indicadores positivos

Indicadores	Desvio padrão	Média	Coefficiente de variação
Comprometimento da Receita Corrente	0,0467	1,0686	4,37%
Investimento Real	0,1702	0,4420	38,50%
Receitas Correntes próprias de manutenção	0,0150	0,7672	1,96%
Retorno real dos recursos do contribuinte	0,0413	0,9948	4,15%
Autonomia financeira real	0,1015	0,7311	13,89%

Elaboração própria.

Dentro dos indicadores positivos, no comprometimento da receita corrente, o ano de maior superávit corrente foi 2008, sendo que apenas no ano de 2015 não houve superávit. O CV de 4,37% comprova a baixa dispersão dos valores em torno da média e representatividade da média da série. ($CV \leq 15\%$).

Na autonomia financeira real, a maior utilização de receitas próprias para pagar as despesas totais ocorreu em 2011, único ano em que as receitas totais próprias superaram as

despesas totais. O CV de 13,89% comprova a baixa dispersão dos valores em torno da média e grande representatividade da média da série.

Sobre o Retorno real dos recursos do contribuinte em 2015 o governo retornou para o contribuinte mais recursos que arrecadou (R\$ 1,09 de despesas para cada R\$ 1,00 arrecadado). O CV de 4,15% evidencia a baixa dispersão dos valores em torno da média.

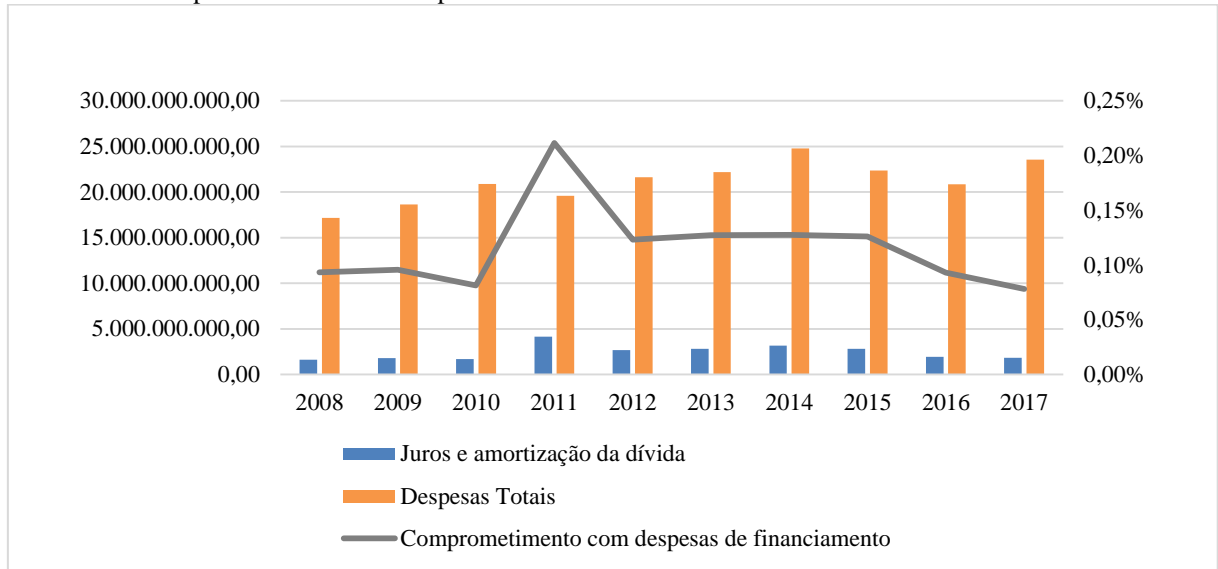
Nas Receitas Correntes Próprias de Manutenção, no ano de 2017 ocorreu o maior percentual de receitas correntes próprias em relação às receitas correntes. Neste ano, para cada R\$ 1,00 arrecadado R\$ 0,79 foram diretamente arrecadados pelos cofres estaduais. O CV de 1,96% comprova a baixa dispersão dos valores em torno da média. (CV \leq 15%).

No investimento real, as relações de investimentos com as despesas de capital tiveram maior utilização em 2010 (R\$ 0,64 para cada R\$ 1,00). O ano que o governo menos investiu foi em 2011 (R\$ 0,15). O CV de 38,50% evidencia uma alta dispersão dos valores em torno da média. (CV $>$ 30%).

No comprometimento da receita corrente, o ano de maior superávit corrente foi 2008, sendo que apenas no ano 2015 não houve superávit. O CV de 4,37% comprova a baixa dispersão dos valores em torno da média e representatividade da média da série. (CV \leq 15%).

Sobre os indicadores econômico-financeiros negativos apresentados no Quadro 1, tem-se abaixo seus cálculos demonstrados conforme fórmulas do quadro citado:

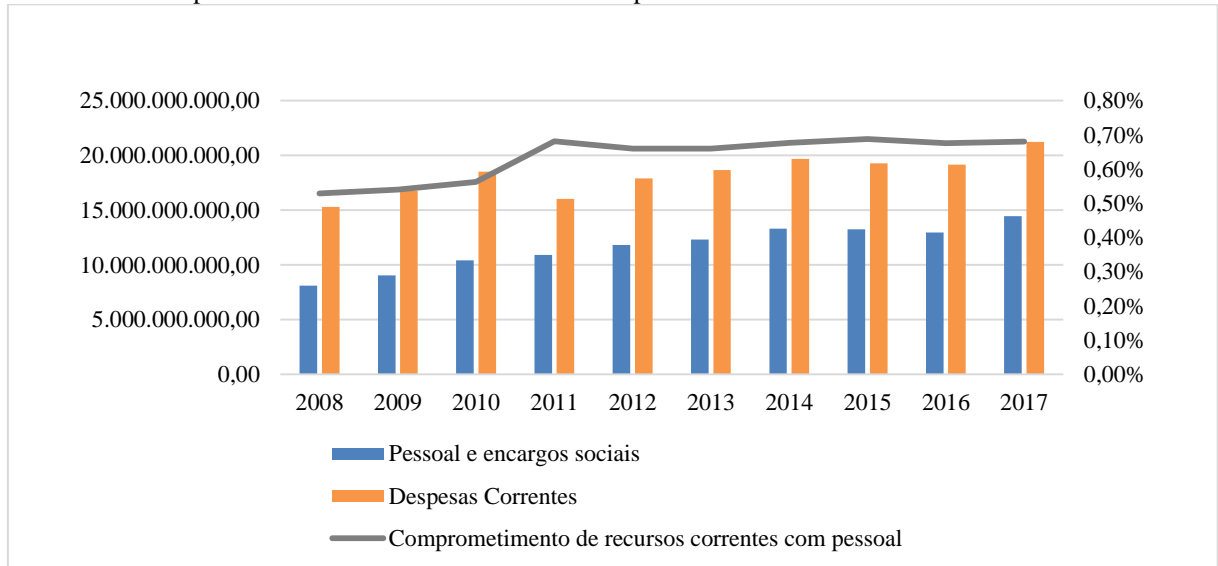
Gráfico 7 – Comprometimento com despesas de financiamento



Fonte: Portal da Transparência do Governo do Estado de Goiás. Elaboração Própria.

No Comprometimento com despesas de financiamento, nota-se que no ano de 2011 houve um aumento significativo nos juros e amortização da dívida do Estado, fazendo com que o indicador também sofresse desse aumento, destoando dos valores encontrados nos outros anos.

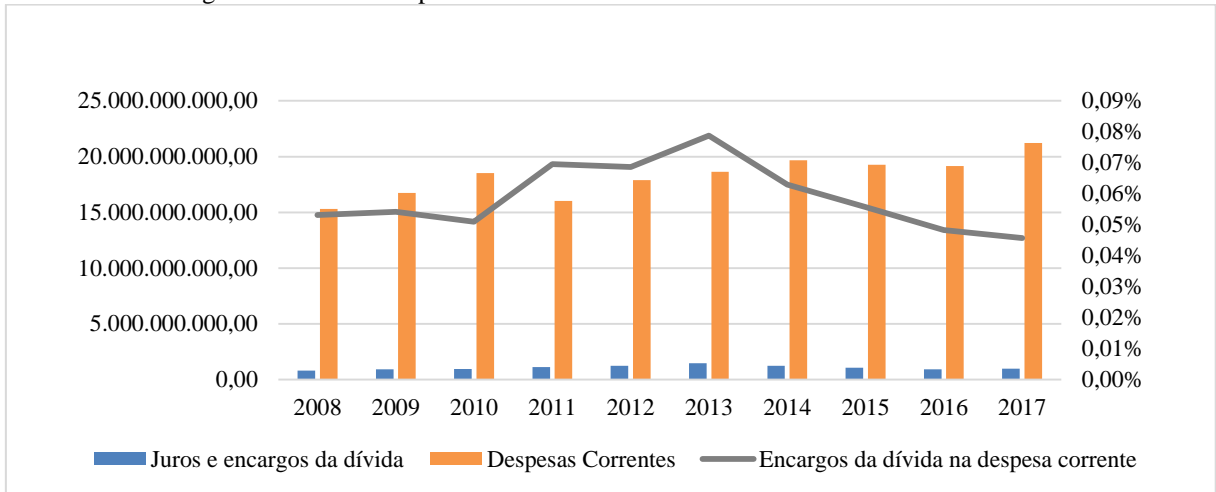
Gráfico 8 – Comprometimento de recursos correntes com pessoal



Fonte: Portal da Transparência do Governo do Estado de Goiás. Elaboração Própria.

Sobre o Comprometimento de recursos com pessoal, percebe-se que o valor gasto com pessoal está sempre num crescente. O ano em que o indicador teve um menor resultado foi em 2008, com 0,5283%. Nos dez anos calculados, obteve-se uma média de aproximadamente 0,6352%.

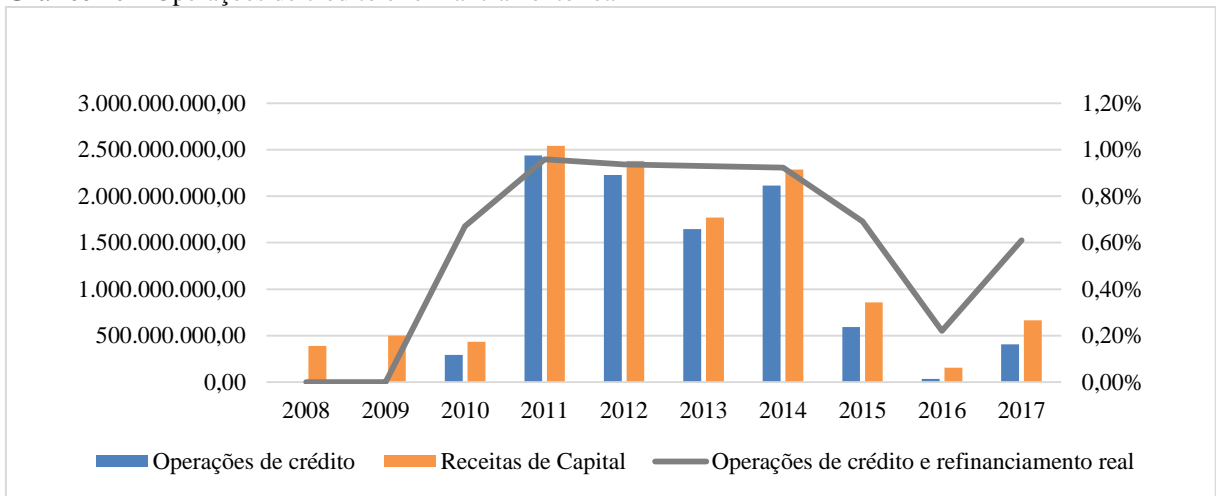
Gráfico 9 – Encargos da dívida na despesa corrente



Fonte: Portal da Transparência do Governo do Estado de Goiás. Elaboração Própria.

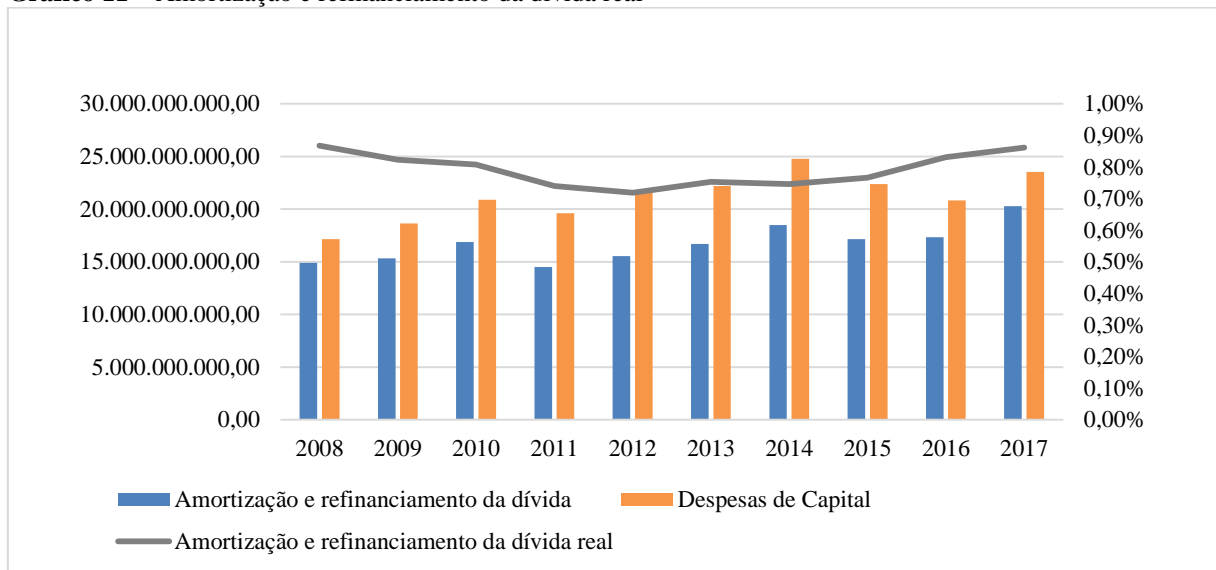
Sobre o indicador Encargos da dívida na despesa corrente, os maiores valores de juros e encargos pagos pelo Estado foi em 2011, 2012 e 2013, em que o governo deixou de realizar despesas para a manutenção da máquina administrativa.

Gráfico 10 – Operações de crédito e refinanciamento real



Fonte: Portal da Transparência do Governo do Estado de Goiás. Elaboração Própria.

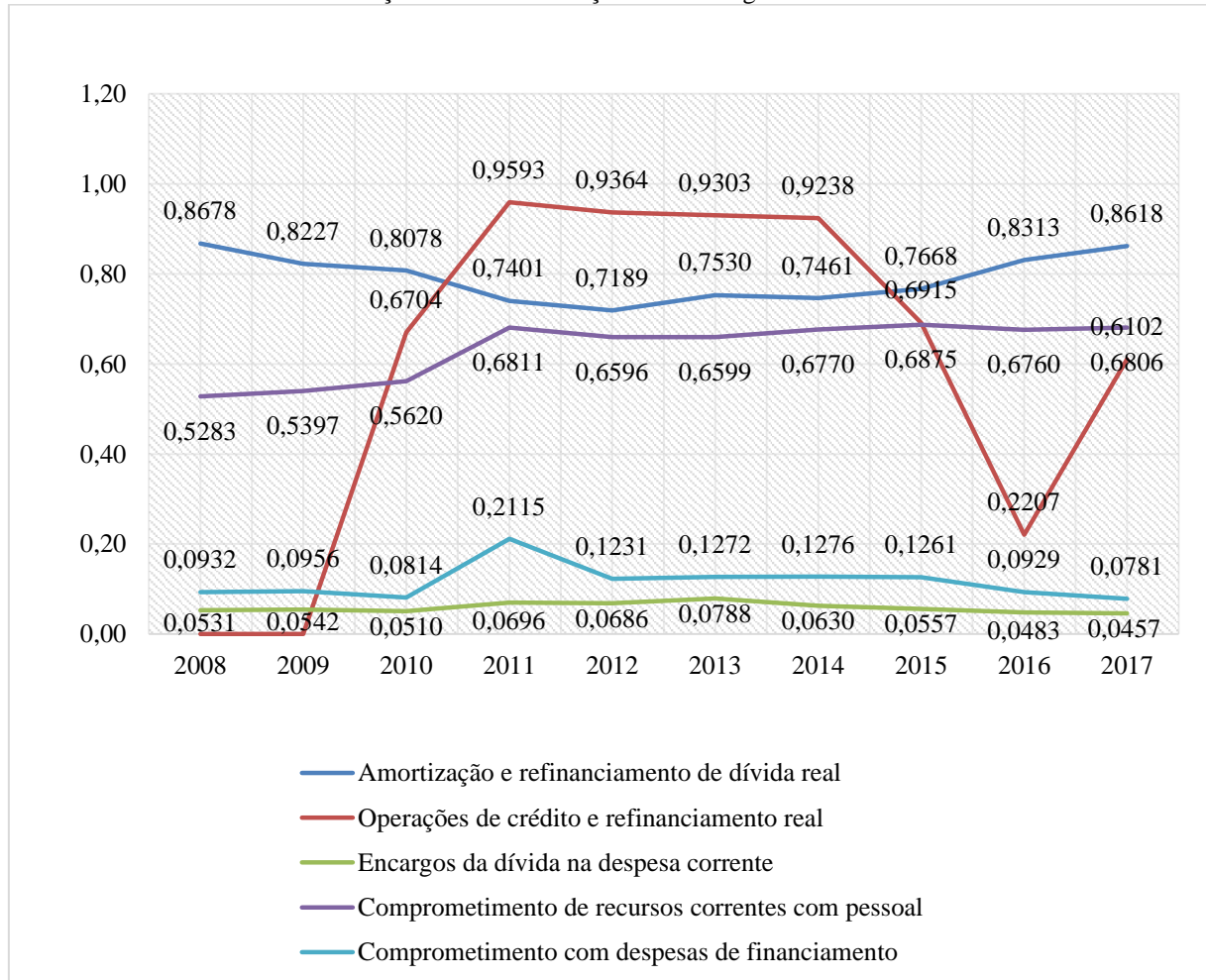
O que se destaca no primeiro momento no indicador de Operações de crédito e refinanciamento real é a ausência de operações de crédito nos anos de 2008 e 2009, o que seria a representação do cenário ideal para a entidade, não capitalizar com recursos de terceiros e sim com recursos próprios. Porém, a partir do ano 2010 esse cenário mudou, e os indicadores encontrados sofrem variação significativa com o passar dos anos. Em 2016 tem-se o menor indicador, 0,2207%.

Gráfico 11 – Amortização e refinanciamento da dívida real

Fonte: Portal da Transparência do Governo do Estado de Goiás. Elaboração Própria.

Na Amortização e refinanciamento da dívida real, os indicadores em geral dos anos não sofreram grande variação. Em 2012 tem-se o menor valor encontrado, 0,7189%, e em 2008 o maior, 0,8678%.

O Gráfico 2 apresenta os Indicadores negativos do Estado de Goiás do período de 2008 a 2017, na seguinte ordem: Comprometimento com despesas de financiamento, comprometimento de recursos correntes com pessoal, encargos da dívida na despesa corrente, operações de crédito e refinanciamento real e amortização e refinanciamento da dívida real.

Gráfico 12 – Indicadores de Execução Financeira e Orçamentária Negativos

Elaboração Própria.

Na Tabela 12, ilustrada abaixo, estão apresentados o desvio padrão, média e coeficiente de variação dos indicadores de execução financeira e orçamentária negativos:

Tabela 2 – Desvio padrão, média e coeficiente de variação – Indicadores negativos

Indicadores	Desvio padrão	Média	Coefficiente de variação
Amortização e refinanciamento de dívida real	0,0534	0,7916	6,74%
Operações de crédito e refinanciamento real	0,3849	0,5942	64,76%
Encargos da dívida na despesa corrente	0,0107	0,0588	18,24%
Comprometimento de recursos correntes com pessoal	0,0645	0,6352	10,15%
Comprometimento com despesas de financiamento	0,0389	0,1157	33,67%

Elaboração própria.

Nos indicadores negativos, o Comprometimento com despesas de financiamento, o governo do Estado teve o maior comprometimento em 2011 com despesas de financiamento (R\$ 0,21 para cada R\$ 1,00). O CV de 33% evidencia uma alta dispersão dos valores em torno da média.

Sobre o Comprometimento de recursos correntes com pessoal: As despesas com pessoal e encargos sociais em relação às despesas correntes do governo tiveram maior comprometimento em 2015 (R\$ 0,68 para cada R\$ 1,00 de despesas correntes).

Enquanto nos Encargos da dívida na despesa corrente, em 2013, foi realizado o maior pagamento de juros e encargos da dívida em relação às despesas correntes (R\$ 0,07 para cada R\$ 1,00). O CV de 18,24% evidencia uma média dispersão dos valores em torno da média. ($15\% < CV < 30\%$).

Sobre as operações de crédito e refinanciamento real, em 2011 o governo teve a maior arrecadação de receitas de empréstimos e financiamentos tomados (R\$ 0,95 para cada R\$ 1,00 de receita de capital). Os recursos de operações de crédito e refinanciamento tiveram alta oscilação. O CV de 64,76% comprova a alta dispersão dos valores em torno da média e a baixa representatividade da média da série. ($CV > 30\%$).

A Amortização e refinanciamento de dívida real em que o governo mais utilizou recursos para amortizar e refinar as dívidas em relação às despesas de capital foi em 2008 (R\$ 0,86 para cada R\$ 1,00 de despesas de capital). O CV de 6,74% evidencia uma baixa dispersão dos valores em torno da média. ($CV \leq 15\%$).

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar e descrever a evolução dos indicadores econômico-financeiros do Estado de Goiás no período de 2008 a 2017, utilizando os dados do Balanço Orçamentário. Os dados utilizados para o cálculo dos indicadores econômico-financeiros foram corrigidos pelo IGP-DI (Índice de Preços ao Consumidor).

Primeiramente foram calculados os indicadores positivos do Estado de Goiás, ou seja, quanto maior fosse o resultado encontrado, melhor seria para a execução orçamentária e financeira do governo. Na autonomia financeira real, no ano de 2011 sobraram recursos próprios para pagar todas as despesas da entidade, variando de R\$ 1,07 a R\$ 0,85 de recursos próprios para cada R\$ 1,00 de despesas toais, abrindo a possibilidade do governo investir. No retorno real dos recursos do contribuinte, o maior retorno para o mesmo ocorreu em 2015, o que indica que a entidade utilizou recursos financeiros do ano anterior para realizar as despesas. O indicador ideal é 1, que representaria que tudo que lhe foi contribuído lhe retornou. Sobre as receitas correntes de próprias de manutenção, o ano que o governo mais teve receitas próprias foi em 2017. Numa média dos anos, o indicador demonstra que para cada R\$ 1,00 arrecadado, o governo disponha de R\$ 0,77 como recursos próprios (recursos correntes). Com os resultados obtidos no cálculo do Investimento real, verifica-se que o ano que o governo mais investiu foi em 2010 (R\$ 0,64). E por fim, no comprometimento da receita corrente, comprova que apenas o ano de 2015 não foi favorável para o governo, pois não houve sobra de recursos correntes para investir.

Logo após o cálculo dos indicadores positivos, têm-se o cálculo dos indicadores negativos. No comprometimento com despesas de financiamento, o ano que o governo mais pagou juros e encargos e amortizou dívidas foi 2011, ou seja, o governo deixou de investir para efetuar pagamentos de despesas de financiamento. No comprometimento de recursos correntes com pessoal, o maior comprometimento ocorreu em 2015 (R\$ 0,68 para cada R\$ 1,00). Destaca-se o crescimento gradual das despesas com pessoal de um ano para o outro. Nos encargos da dívida na despesa corrente, o ano em que o governo mais utilizou recursos correntes para o pagamento de juros e cargos da dívida foi em 2013, em que de cada R\$ 1,00 de despesas correntes, R\$ 0,07 foram para pagamentos de juros e encargos da dívida. Nas operações de crédito e refinanciamento real, das receitas de capital arrecadadas, no período de 2008 a 2017, os valores oscilaram de R\$ 0,00 a R\$ 0,95 como recursos oriundos do endividamento em empréstimos e financiamentos tomados. Na amortização e refinanciamento da dívida real, o ano em que o governo estadual mais utilizou os recursos de capital nos pagamentos de

amortização/refinanciamento de dívidas foi em 2008 (R\$ 0,86), ou seja, para cada R\$ 1,00 de despesa de capital, R\$ 0,86 foram para pagar dívidas. Nesse caso, sobram apenas R\$ 0,14 para investimentos.

Conclui-se após a descrição dos indicadores positivos e negativos da execução orçamentária do Estado de Goiás no período compreendido entre 2008-2017, que os mesmos são importantes para um sistema de gestão, como instrumento de avaliação e ainda como direcionadores na geração de benefícios e atendimento das necessidades da coletividade e no acompanhamento da ação pública.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-SANTOS, P. S.; ROCHA, I.; HEIN, N. Utilização da entropia informacional na seleção de indicadores financeiros mais relevantes para tomada de decisão no setor público: o caso dos estados brasileiros. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 2, 2014.

ALVES, T. W.; SANTOS, S. R. T. O impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no desempenho financeiro e na execução orçamentária dos municípios no Rio Grande do Sul de 1997 a 2004. **Revista de Administração Pública – RAP**, v. 45, n 1, 2011.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro, comércio e serviços, industriais, bancos comerciais e múltiplos**. 2. ed. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 17 de junho de 2018.

BRASIL. Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 17 de junho de 2015.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasep>>. Acesso em 04 de maio de 2018.

CARCANHOLO, M. et al. **Crise Financeira Internacional: Natureza e Impacto**. Rio de Janeiro, 2008.

CARNEIRO, M. S.; SANTOS, G. C. Análise de Indicadores Patrimoniais, Financeiros e Orçamentários da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba – Período de 2011 a 2013. **Revista GeTeC**, v. 3, n. 6, 2014.

FERRAZ, F. C. **Crise Financeira Global: Impactos na economia brasileira, política econômica e resultados**. – UFRJ. Rio de Janeiro, 2013.

IMB/SEGPLAN. PIB Goiás 2015. Goiânia: GO, 2017. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/pib/pib2015/pibgo2015.pdf>> Acesso em 02 de novembro de 2018.

MACHADO, S. B. **Utilização de Indicadores de Desempenho na Avaliação de Gestão Realizada pelo TCU**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/utilizacao-de-indicadores-de-desempenho-na-avaliacao-de-gestao-realizada-pelo-tcu.htm>>. Acesso em 18 de junho de 2018.

MAPURUNGA, P.V.R.; MENESES, A.F.; PETER, M.G.A. O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade: uma realidade nos setores privado e público brasileiros. **Revista Controle**, v. 09, n. 1, 87-107, Jan-Jun, 2011.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis:** contabilidade empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAUSS, C. V. **Análise de demonstrações contábeis governamentais:** instrumento de suporte à gestão pública. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NOGUEIRA, A. O.; RODRIGUES JÚNIOR, M. S. Análise e interpretação das demonstrações contábeis no setor público. In: 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 2008, GRAMADO. **ANAIS ...** 2008.

OLIVEIRA, J. U. C. **Estatística:** uma nova abordagem. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Recife: Bagaço, 2005.

SANT'ANA, P. R.N. **Os impactos da crise financeira e econômica mundial no orçamento público federal brasileiro.** Brasília, 2009.

SANTOS, G. C.; ANDRADE, S. A. Análise por meio de Indicadores Patrimoniais, Financeiros e Orçamentários da Prefeitura de Patos de Minas. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, v. 1, n. 2, 2013.

SILVA, M. C. **Demonstrações Contábeis Públicas:** Indicadores de Desempenho e Análise. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, M. C.; TAVARES, A. L.; ARAUJO, A. O.; SILVA, J. D. G. Análise de balanços públicos: Quociente do resultado orçamentário do governo federal.2000 - 2009. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 24, n. 3, 2013.

TORRES, F. **Nova Contabilidade Pública Trará Transparência, mas há Desafios.** 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3119402/novacontabilidade-publica-trara-transparencia-mas-ha-desafios>>. Acesso em: 16 de abril de 2018.